

# Hispano-Americanismo

## Síntese Histórica

Cel Av NAPOLEÃO ANTONIO MUÑOS DE FREITAS

### PREFÁCIO

Ao apresentarmos um trabalho sobre o hispano-americanismo, sob a ótica luso-brasileira, o fazemos na certeza de que, para os propósitos colimados da união americana, Portugal teve uma participação marcante no processo político-administrativo do continente em que o Brasil, herdeiro natural, está sempre presente nas grandes decisões históricas da América.

Embora sendo o Brasil um complexo social em muitos aspectos por sua extensão e desafios internos, gera ondas de reverberação no mundo exterior. Sua multiforme irradiação e projeção, de fato, é justificável, porque pertence aos diversos cenários geopolíticos da América do Sul: atlântico, amazônico e platino, com fortes e marcantes raízes africanas, responsáveis ao definir sua própria nacionalidade. É ainda um berço amigo de imigrantes onde os povos vêm, no convívio diário, um oásis de tranquilidade para viver.

A política externa do Brasil tem como vetores claros de ação: o universalismo, a dignidade nacional e a boa convivência internacional, que geram seus grandes objetivos, a diplomacia a serviço da paz e do desenvolvimento.

O Brasil é, por excelência, um país diplomático e sua história bem o comprova, pois sempre procurou solucionar crises e controvérsias por meios pacíficos. Esta é sua tradição, pois eternamente primou pelos princípios básicos da ÉTICA e do DIREITO ao lado da defesa

de seus interesses permanentes, jamais se afastando da convivência internacional, dos tratados assinados, do respeito à autodeterminação e à soberania das nações.

Passa, assim, o Brasil da fase marcadamente medieval, do respeito ao poder da força e pela força, para a visão ampla, mais elevada, de uma ordem em que o direito e a ética são prevalentes.

O afastamento da retórica pura e simples dá ao Brasil uma nítida vantagem, ao se unir a qualquer sistema político de cunho internacional, porque cumpre com o compromisso assumido, não havendo processos artificiais em suas ações. Suas soluções podem, aos mais desavisados, parecer simplistas, mas os desempenhos o demonstram de forma contrária.

Isto posto, e estando perfeitamente integrado na filosofia do Sistema Americano, custa-nos entender a visão ou colocação de um sentido hispano-americano que não seja a da "doutrina da união espiritual de todos os povos hispano-americanos". Torna-se patente a necessidade de não se afastar da ótica que coloca o continente americano como uma única força e com um só destino, sem prevalências, ainda que no campo da retórica.

Nós brasileiros temos a consciência de que não somos diferentes, porém distintos. Falamos o português, mas entendemos o espanhol pela similaridade da origem latina e própria intuição, não receando um falso e temido acultramento. Somos porque somos...

## RETROSPECTIVA HISTÓRICA

Quando se fala em América Latina de forma genérica, tem-se a idéia de colocar o Brasil em uma tal posição, que ele não passe de mais um componente, seja por interesse, ou até mesmo por certo cuidado político.

Em muitos aspectos, os povos de origem espanhola estabelecem distinções entre os brasileiros e eles mesmos, o que, até certo ponto, é racional. De fato, a origem brasileira é lusitana, com uma língua distinta mas não tão distante como é apregoada. Sua conquista e colonização, mesmo na fase de vínculo ao Império Português, não permitiram uma ruptura traumática com Lisboa. Fez sua independência por um ato do Governo, mantendo intactas todas as estruturas políticas e administrativas.

Temos vários pontos de contato, semelhanças e parentescos, mas são mais distintas as diferenças que as semelhanças. O Brasil se consolidou numa imensa nação, enquanto a América Espanhola se fragmentou, o que tem provocado uma série de indagações sobre as pretensões brasileiras até nossos dias. Sem dúvida, a dimensão continental do Brasil, se por um lado tem uma importância determinante, por outro lado há que se analisar o seu povo, para que sejam afastadas as incertezas semeadas por aqueles que pretendem a desunião dos povos da América.

A América Espanhola é um epíteto nominal cômodo, que só serve de generalização inconsistente e destaca alguns traços distintos criados pelos seus conquistadores, colonizadores e evangelizadores.

Abandonar o Brasil e até mesmo os Estados Unidos da América do Norte do contexto da América Latina, hoje em dia, é ignorar a realidade da influência marcada e marcante dos iberos no continente.

O processo de conquista dos portugue-

ses na América reproduz com variáveis os mesmos aspectos gerais usados pelos espanhóis. Desde logo, por exemplo, surge no Brasil-Colônia uma unidade nacional com centralização político-militar, substituída por uma monarquia relativamente moderna, contando com um aparato administrativo militar próprio, impondo-se com uma nobreza de base reduzida, de serviços burocráticos combatentes, mas sem base feudal.

Enquanto o sistema imperial português na América era menos rígido, sistemático e eficiente, o de Espanha não o era. A política mercantilista era, comparativamente, bem mais flexível e aberta, principalmente observada no século XVII, motivada pela aliança alcançada com a Grã-Bretanha. Relativamente mais informal era a estrutura social. A Igreja participava do processo de motivação religiosa com poder mais reduzido e não se estabeleceu um tribunal separado da Inquisição. Toleravam-se, com grande facilidade, a imigração e os dissidentes do credo oficial. A consequência desses aspectos é o despontar do desenvolvimento cultural.

A exemplo da Espanha, Portugal coloca o Brasil sob uma dependência externa que, sob influência do capitalismo mercantil, criou as estruturas determinantes e condicionantes da satelitização do subdesenvolvimento, apesar de outros aspectos positivos da colonização.

Àquela época, o mercado externo e o potencial do Brasil provocam impulsos na dinâmica da economia e da própria sociedade, através dos ciclos da monocultura, interrompidos vez por outra, pela migração (interna), com vistas à busca de ouro, diamantes e esmeraldas. A decorrência natural desses movimentos resulta na expansão territorial, principalmente no período da União Espanhola e Portuguesa.

As principais formas de organização político-administrativa começam no ciclo de pau-brasil. Adotado pelos governadores reais foi o sistema de administração direta com di-

reiros hereditários sobre vastas regiões territoriais, com poderes políticos e econômicos e com direitos plenos respaldados pela Coroa. Embora de origem real, as capitanias foram aceitas em razão dos mecanismos já considerados capitalistas. Àquela época o sistema de administração política e exploração econômica mostrava sua eficácia.

Com a introdução da mão-de-obra escrava, surge um novo fator de análise, responsável pelo desenvolvimento econômico e elemento demográfico de forte influência no caráter nacional e conseqüente estruturação sócio-cultural do Brasil.

O desenvolver do processo político-administrativo mostra tendências de centralização e descentralização do poder. A Coroa Portuguesa no Brasil colonial permeava, de modo hábil, o processo conciliador do sistema imposto e o princípio da unidade territorial. Por outro lado, a centralização política, a partir da Metrópole e no Brasil, deveu-se à vigência do Pacto Colonial entre Espanha e Portugal, impedindo-se a autonomia das regiões. Os centros urbanos são rebaixados ao mínimo na participação administrativa. Mantém-se a hierarquia vertical dos funcionários que são dotados de fortes poderes, com a redução dos mecanismos de decisão dos grupos locais, visando, claramente, à não-cristalização da solidariedade do sentimento de nacionalidade e uma frente comum contra o poder colonial: é o temor da emancipação.

Em conseqüência da vastidão do território (quase a metade da América do Sul), a política da metrópole e a estrutura sócio-econômica emergente da colonização, denotam a intenção unificadora e centralista.

Dentro de um amplo espectro, a resultante desse processo foi o choque entre as correntes de unificação da administração colonial e as tendências centrífugas das regiões e dos grupos locais, surgindo a figura de centralização

e descentralização do poder, oscilantes, como sempre foram, por influências sociais e tendências de ocupação dos espaços vazios.

O desenvolvimento internacional do século XVIII começa a gerar contradições e conflitos na economia e sociedade coloniais brasileiras. As grandes diferenças entre os níveis sociais (escravos e senhores; conquistadores, colonizadores e indígenas) agravam-se com atritos entre mineiros e o fisco da metrópole, donos de terras e colonos, classes elevadas e autoridades coloniais. A classe colonial dominante começa a identificar-se com a metrópole, a representá-la e a defender seus interesses. Neste ponto a Grã-Bretanha tem um papel destacado, pois intensifica sua ação por pressão e penetração sobre Portugal e Brasil, destruindo a indústria têxtil portuguesa, controlando o comércio interno e externo dos dois países, face à luta com o império espanhol.

Com a invasão do General Junnot à Península Ibérica, o imperador de Portugal se transfere com a Corte para o Brasil, modificando sensivelmente o panorama, mas com tensões e conflitos.

Os processos de emancipação política vão, aos poucos, surgindo de forma distinta. No Brasil a classe média nativa induz a classe dominante nativa a assumir o processo de independência política. Há, porém, o respeito à estrutura sócio-econômica implantada pelos colonizadores, que será aproveitada basicamente intacta após a emancipação.

A independência do Brasil foi um empenho da classe senhorial, em função de seus interesses, caracterizada por profunda cautela, com gradualidade marcante e de grande envergadura. As convulsões revolucionárias foram uma transição pacífica, embora surgissem algumas tentativas abortadas de insurreição.

Enquanto as colônias espanholas atravessavam processos revolucionários emancipatórios, a presença da Coroa portuguesa estimula

transformações substanciais no Brasil e traz consigo o desenvolvimento. O Rio de Janeiro, por exemplo, se transforma numa grande capital, adequada a uma corte européia. Com essa presença, expande-se o comércio livre, a população cresce, a estrutura produtiva e ocupacional diversifica-se e os serviços se aprimoram, surgindo novas profissões. A vida social e cultural passa a seguir o estilo europeu. Sente-se uma transformação marcante que propicia passar o Brasil de colônia a reino e seguir como império independente.

Não houve assim, como nos demais países da América Latina de origem espanhola, uma ruptura com o passado colonial, porque ao Brasil foi permitida uma unidade e estabilidade institucional, uma visão mais ampla e um objetivo sócio-econômico bem delineado. Deu-se-lhe um centro político forte e aglutinador, um sistema de governo e administração, impedindo uma guerra civil desgastante e um movimento pendular entre a anarquia e o caudilhismo, que vieram a afetar, sobremaneira, a maioria dos países americanos.

### SIMÓN BOLÍVAR E O BRASIL IMPÉRIO

Após a morte de Bolívar, a leitura de seus manuscritos aponta nitidamente seu pensamento evolutivo em relação a D. Pedro I e o Brasil.

É fácil entender que as comunicações naquela época eram difíceis e tornavam algumas ações inoportunas, em virtude das grandes distâncias e do conhecimento real dos fatos, quase sempre distorcidos. Assim, surge um Bolívar, na fase inicial de seu despontar histórico, sem informação segura e com espírito de animosidade contra D. Pedro I.

Após um período de maior amadurecimento político e uma visão não mais deturpada, passa a uma nítida compreensão cordial e amiga. A modificação comportamental verificada se

deve a uma qualidade ímpar de Bolívar: saber mudar em face de novos fatos.

Bolívar lutava contra o rei espanhol, Fernando VII, cuja irmã, Carlota Joaquina era mãe de D. Pedro I. Daí o seu temor de ver o Brasil ligado à Espanha com o propósito de manter a América de língua espanhola unida com o apoio de D. Pedro I, por conveniência de laços de família.

Extraídas de suas tantas cartas, as preocupações de Bolívar se fazem sentir nas alusões feitas às ligações políticas de D. Pedro I com os espanhóis, alegando ainda que ele contratara alemães e russos para a manutenção e legitimidade de seu trono, prejudicando suas pretensões de emancipação. As fronteiras eram extensas e as notícias fluíam de modo contínuo, prejudicando as ações de independência tentadas por Bolívar, que temia a manutenção da monarquia espanhola, podendo a Santa-Aliança vencer os revolucionários.

Outro episódio que veio inquietar Bolívar foi o de Chiquitos, cujo propósito era colocar a área sob tutela e proteção do Brasil, com a esperança de retomar o domínio das terras de língua espanhola na América.

Ao saber da ocorrência, D. Pedro I censurou, de modo veemente, a ação de hostilidade de Vila Bela e enviou uma ordem, anulando o ato, fato este, que modificou o pensamento de Bolívar parcialmente, porque não deixou de ressaltar algumas dúvidas quanto à participação do Imperador na invasão daquela localidade, a mando do governador espanhol Sebastião Ramos.

A Santa-Aliança era uma agressão ao pensamento bolivariano, que só aceitava a monarquia em forma constitucional.

O grande desejo de Bolívar era ver os liberais assumirem o poder na Espanha e Portugal, com o retorno de D. Pedro I a sua terra natal, fortalecendo, assim, o seu objetivo.

A aceitação popular do imperador do Brasil não representava obstáculos, pois Bolívar o considerava como um monarca constitucional, apesar de preferir o país independente e de acordo com seus ideais emancipatórios. Procurava as opiniões e o exercício político do governo britânico para restringir ou aumentar seus atritos com o Brasil. Londres deveria respaldar a emancipação e conseqüente consolidação da independência da América espanhola, e por sua ação diplomática tentava destruir ou minimizar as pretensões de Madri, enquanto a Santa-Aliança esforçava-se por impedir aquele intento.

Embora Bolívar não tenha colocado o Brasil na relação da famosa circular de Lima, de 7 de dezembro de 1824, para participação do Congresso do Panamá, que contava com nomes dos governos das repúblicas americanas, antes colônias espanholas, concordou com a iniciativa de Francisco de Paula Santanden, presidente da Grã-Colômbia, em estender o convite a D. Pedro I para o evento.

O professor mexicano Cuevas Cancino assim se pronunciou: "el gobierno invitante (Peru) y los países primero invitados reaccionaron en un punto y sobre la circular bolivariana, de idéntica manera: era imperioso incluir a Brasil", porque se haviam manifestado favoráveis a esta presença o chanceler mexicano Lucar Alman, o presidente da Bolívia, Antônio José Sucre e o Ministro do Peru, Sanches Carrion.

Como se conclui, os ideais de Bolívar, embora com apoio dos hispânicos, encontravam eco no meio do povo brasileiro, demonstrando, desde pronto, solidariedade e união continental, em que um país não pode ficar afastado do processo histórico, mesmo com idioma distinto.

O curioso deste episódio é que somente o Brasil conserva, até hoje, as atas originais do Congresso do Panamá, reunido de 22 de junho a 15 de julho de 1826.

Bolívar, por seu idealismo puro, atraiu a presença das gentes desde o Mississipi até a Terra do Fogo. Permito-me fazer um destaque especial à contribuição de uns bravos brasileiros, oriundos de Pernambuco, palco de frustradas revoluções libertárias de 1818 a 1824, que se foram juntar ao Libertador por idealismo. Desses brasileiros, José Inácio de Abreu Lima deixa Pernambuco e vai para Filadélfia discutir a problemática de independência da América. Escreveu ele de Angostura para Bolívar: "ofereço-me a sacrificar-me pela independência e liberdade de Venezuela e de toda a América do Sul". De imediato foi aceito, recebendo o posto de capitão e sua ação destacada. Coube a Abreu e Lima, por pedido do Libertador, refutar as acusações a ele imputadas por Benjamin Constant, em Paris, de que tencionava ser imperador.

O espírito de solidariedade e de credo suplantou a própria nacionalidade, demonstrando mais uma vez o alto valor dos princípios integracionistas e o amor à liberdade do povo brasileiro.

A vida de Bolívar e sua obra impregnaram um capítulo da história do Brasil. Ele permanece presente na memória brasileira porque, muito mais que um nome de rua, ou a corporificação no bronze em monumentos de algumas cidades do Brasil, é estudado nas escolas, bibliotecas, aumentando os laços de respeito e solidariedade dos povos da América.

## ANÁLISE CONCLUSIVA

Podemos agora tecer alguns comentários sem a preocupação de fazer de forma categórica, qualquer assertiva sobre o tema. Nosso intento foi, na realidade, apresentar alguns pontos oportunos e esperamos que não paire a idéia de qualquer colocação que venha a prejudicar a união do Sistema Interamericano.

Nas raízes profundas do problema, depreendemos uma nítida deturpação quanto aos latino-americanos, onde franceses e italianos, que vivem em nosso continente, são esquecidos do contexto. A mestiçagem para os latinos traz uma realidade psico-sociológica ao grupo com profundas repercussões na formação histórico-cultural da região.

A paixão não foi somente um dos marcos importantes na fase de expansão territorial, pois foi colocada em prática a edificação de um espírito teológico e moral, com a clarividência de um sentimento humanista, voltado para o bem-comum.

A instalação de um sistema jurídico, com seus erros iminentes, alicerçado na dignidade humana, independente de cor, raça, origem e religião, constitui o denominador comum da realidade latina. A unidade religiosa talvez seja, de fato, a causa preponderante de um convívio prodigioso dos iberos na América.

Alguns asseveram que o nome América Latina ou Latino-América seria invenção de franceses e anglo-saxões, para criar um nível diferente de relacionamento. Mesmo extraindo-se dos escritos de Simón Bolívar, de 1830, - "Governei durante vinte anos e deles não tirei mais do que alguns poucos resultados certos; a América Latina é ingovernável;"... não se pode qualificar nossa História como frustrante. Tentar apagar a alma dos heróis é vilipendiar a causa da unidade continental e da fraternidade entre nossos povos, por quem deram suas vidas.

Por outro lado, não se deve negar a influência do "boom" latino-americano e sua forte penetração nos Estados Unidos da América do Norte, vendo-se uma mudança de cenário, onde os matizes de cor misturam-se à "importação" de uma língua romântica e rica de flutuações bem impostadas, que transmite calor e paixão: o espanhol.

A penetração desta cultura, de há

muito, é sentida nos campos universitários e nos círculos literários.

A Hispano-América é um vocábulo que tem arcabouço de origem além-mar, formando, hoje, uma comunidade muito mais daqui do que de lá. As tradições e o sentimento materno fazem com que exista um forte elo passional, mas que, assim mesmo, trazem consigo o resquício do perverso colonialismo a que foram submetidos há séculos.

O que há de fato e concreto é que são americanos e não meramente hispânicos, da mesma forma como se consideram os brasileiros e os demais povos integrados neste continente.

O exemplo dos povos de descendência ibérica é: espanhóis e portugueses conservaram seus impérios intactos durante mais de trezentos anos, e apesar de algumas disputas entre si, mantiveram forte afinidade e laços de amizade que nem mesmo as pressões políticas puderam apagar. Refletimos um passado, não assumido plenamente, de uma mestiçagem que poderá vir a ser um grande fator de força para os povos da América. Não devemos culpar quem quer que seja por nossos problemas e infortúnios, pois somos os próprios responsáveis pelas conseqüências daquilo que planejamos.

Transmitir, como os iberos, a astúcia medrosa, as vitórias da oratória e a insegurança da própria imagem, onde a solidariedade proclamada se mostra mais do que o efeito que ela deve produzir, é inaceitável se quisermos ser grandes.

Fala-se muito e age-se pouco; burlamos fracassos com falsas premissas...Devemos, sim, mudar a imagem criada pelo mexicano Octavio Paz que disse sobre os latinos: "o que mais preocupa são as máscaras, os ocultamentos simbólicos rígidos das caras, que, de pronto, se prolongam nas diversas simulações sociais e culturais"

O retrato de uma ibero-américa com pluralidade de formas, ficções políticas e jurídicas, escapismos, refletindo o grupo distinto que procura aumentar o distanciamento entre uns e outros não é mais concebível, se quisermos, conscientemente e com fraternidade sistêmica, a união continental.

Se os indivíduos não são seguros de si mesmos em suas ações, as nações não o serão por via de consequência.

A segurança continental é apoiada na visão realista das possibilidades e limitações de cada partícipe, sem retórica literária e discursos inflamados.

Há tempo para tudo e até mesmo para as nossas reflexões.

Cremos, não no hispano-americanismo, não no ibero-americanismo, mas no americanismo.

Para atingir, de fato, esta consciência, devemos abandonar o conforto e começar a trabalhar mais objetivamente dentro de cada fronteira; afastar a desconfiança entre países-irmãos, que só serve para instabilizar politicamente a região e promulgar a participação associativa entre nossos povos.

Por fim, devemos meditar sobre a hipótese de que alguns desejam que a "América-Latina" permaneça como está: subdesenvolvida, endividada, com áreas de fricção, com desconfiança e repleta de desequilíbrios internos. ■

## BIBLIOGRAFIA

Accioly, Hildebrando. Raízes ou causas históricas do Panamericanismo. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, Depto de Imprensa Nacional, 1953.

Aleixo, José Carlos Brandi. Simón Bolívar e o Brasil. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. Revista de Ciência Política, v. 36. 1983.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Atlas Histórico. Rio de Janeiro, Fundação de Material Escolar, 1983.

Atkins, G. Pope. Latin America in the International Political System. The Free Press. A Division of MacMillan Publishing Co., N.Y. USA.

Mello, Afonso Toledo Bandeira de. O espírito do Panamericanismo. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, Depto de Imprensa Nacional, 1956.

Baner, Carlos García. Universalismo y Panamericanismo. Guatemala, Centro América, Ed. Universitário, 1968.

Marinho, Ilmar Penna. O funcionamento do sistema interamericano dentro do sistema mundial. Rio de Janeiro, Freitas Barreto, 1959.

Rangel, Carlos. Do bom selvagem ao bom revolucionário. Trad. de Berenice de Souza Otero. Brasília, Ed. da Universidade de Brasília, 1982. (Coleção Sociedade Moderna)

Guerreiro, Antonio Saraiva. Discurso na Escola Superior de Guerra em 31 de agosto de 1984. Rio de Janeiro, 1984.

Mello, Arnaldo Vieira de. Bolívar, o Brasil e os nossos vizinhos do Prata (da questão de Chiquitos à Guerra Cisplatina). Rio de Janeiro, Olímpica, 1963.